



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i2>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Brilho etéreo de arquivos e lembranças: algumas questões sobre arquivos pessoais e biografias

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i2.39526>

Wilton Carlos Lima da Silva

Professor Livre Docente do Departamento de História da UNESP, Campus de Assis. Coordenador do MEMENTO - Grupo de Pesquisa de Memórias, Trajetórias e Biografias. wilton@assis.unesp.br

Palavras Chave:

Memória;
Autobiografia;
Biografia; Arquivos
Pessoais.

Keywords:

Memory;
Autobiography;
Biography; Supplies;
Personal papers

Palabras clave:

Memoria;
Autobiografía;
Biografía; Archivos
personales.

Resumo

O modesto objetivo do texto é apresentar, de forma breve e panorâmica, algumas considerações sobre os desafios da pesquisa biográfica através de arquivos pessoais. Para tanto, a partir de alguns exemplos busca-se chamar a atenção para a necessidade do jovem pesquisador perceber o arquivo e seus fundos documentais enquanto construção técnica e histórico-social, problematizando a funcionalidade do documento armazenado e, em particular, algumas nuances dos arquivos pessoais no que se refere a reconstrução de uma trajetória individual.

Abstract

Ethereal glow of files and memories: some questions about the personal papers and biographies

The modest goal of the paper is to present, in a brief and panoramic way, some thoughts on the challenges of biographical research through personal files. To do so, from some examples seeks to draw attention to the need of the young researcher to realize the file and its documentary resources as technical and socio-historical construction, questioning the stored document functionality and, in particular, some nuances of personal files regarding the reconstruction of an individual trajectory.

Resumen

Etéreo resplandor de archivos y recuerdos: algunas consideraciones acerca de los archivos personales y las biografías

Este artículo tiene el propósito de discutir algunos temas proeminentes del recién debate acerca del género biográfico, como los modos por los cuales los biógrafos producen el encuadramiento de los personajes y las tensiones entre las dimensiones ficcional y fáctico. Para trillar este sendero, la opción fue la de recuperar, em forma de uma relectura, las elecciones y los puntos muertos que involucraron la elaboración de mi tesis de doctorado, en la cual investigué la trayectoria intelectual del general Edmundo de Macedo Soares.

Artigo recebido em 25/02/2017. Aprovado em 07/04/2017

O presente texto é uma transcrição de comunicação proferida por mim com o título de “Fontes e Biografias” durante o I Simpósio Historiografias, Memórias, Personagens, ocorrido na UNESP, Campus de Assis (SP), entre os dias 27 e 28 de agosto de 2015, realizada com apoio da CAPES. É da distância da palavra falada para a palavra escrita, com suas distintas determinantes discursivas, que derivam possíveis generalizações e superficialidades, assim como o formato no qual as citações foram em sua maioria convertidas em notas de rodapé e a ausência de subdivisões ao longo do texto, para manter a fluidez mais próxima da experiência da palestra do que do artigo acadêmico

How happy is the blameless vestal's lot!
The world forgetting, by the world forgot.
Eternal sunshine of the spotless mind!
Each pray'r accepted, and each wish resign'd;
Labour and rest, that equal periods keep;
"Obedient slumbers that can wake and weep;"

Desires compos'd, affections ever ev'n,
Tears that delight, and sighs that waft to
Heav'n. (Alexander Pope, *Eloisa to Abelard*, 1717)

“Brilho eterno de uma mente sem lembranças”... o verso, de um longo poema que faz homenagem a um trágico amor medieval¹, dá título a um aclamado filme de 2004 que, com roteiro de Charlie Kaufman e direção de Michel Gondry, narra, em uma mistura de drama, romance e ficção científica, o reencontro de um casal, vivido por Jim Carrey (*Joel Barrish*) e Kate Winslet (*Clementine Kruczynski*), que após a ruptura de sua relação havia contratado uma empresa para apagar suas memórias amorosas.

A dor da separação, o sofrimento da lembrança, o desejo de esquecer, o esforço de resistir ao esquecimento, o *déjà-vu* na reaproximação do casal representam de forma emblemática algumas das questões que a condição humana vivencia na sua relação com o passado e no processo de sua conservação enquanto memória.

Para o historiador, que ambiciona a

construção de um tipo de conhecimento do passado que é mediado por um método de análise e de síntese, o objetivo de construção de uma interpretação passível de legitimação e compartilhamento está diretamente ligado ao acesso e compreensão de vestígios do passado que são convertidos em fontes e documentos.

A dimensão narrativa da relação entre o historiador, o passado que pesquisa e o auditório a quem se dirige é corporificada na forma de um texto², que se estabelece a partir de um conjunto de procedimentos técnicos e escolhas intelectuais³, sendo que nesse processo o contato com os arquivos é bastante recorrente.

Aqueles que estudam biografias ou que se propõem a escrever narrativas de natureza biográfica como o romance histórico, as memórias pessoais, certa literatura escolar ou mesmo biografias propriamente ditas, entre outras possibilidades, localizam nos arquivos pessoais uma fonte mais do que privilegiada.

Nenhum dos distintos enfoques e das diferentes metodologias utilizadas dentro do amplo leque das práticas narrativas que se debruçam sobre a seleção, a descrição e a análise de uma trajetória individual são capazes de descartar a riqueza informacional e qualitativa que um acervo pessoal pode oferecer para auxiliar a compreensão de uma trajetória, não importa se enquanto simples relação cronológica de fatos, caracterização de uma época a partir de

¹ Pedro Abelardo (1079-1142), religioso francês que se destacou como um brilhante e ousado filósofo escolástico, se apaixonou por uma aluna, Heloísa de Argenteuil (1090-1164), que era sobrinha de um cônego de Paris chamado Fulbert. O casal manteve uma relação ilícita e teve um filho que recebeu o nome de Astrolábio, e a ira do tio ou da família da moça culminou com a castração do pensador. Após a vingança familiar Abelardo entrou para um mosteiro e Heloísa para um convento, mas mantiveram uma correspondência apaixonada e erudita por toda a vida. A história do casal, suas idéias filosóficas e teológicas e a correspondência trocada ao longo dos anos entre ambos são abordadas de forma erudita por Gilson em um curso que ministrou em 1938 no Collège de France com o título de *As Origens Medievais do Humanismo*. (GILSON, 2007)

² “O texto é uma unidade complexa de discurso cujos caracteres não se reduzem aos da unidade do discurso ou frases. Por texto não entendo somente nem principalmente a escritura (...) mas entendo prioritariamente a produção do discurso como obra. (...) Antes de tudo, o discurso é a sede de um trabalho de composição”. (RICOEUR, 2000, p. 336)

³ “Escolher? Com que direito? Em nome de que princípio? Mas toda História é escolha. É-o, até devido ao acaso que aqui destruí e ali salvou os vestígios do passado. É-o devido ao homem: quando os documentos abundam, ele resume, simplifica, põe em destaque isto, apaga aquilo. É-o, sobretudo, porque o historiador cria os seus materiais, ou, se se quiser, recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar”. (FEBVRE, 1977, p. 336)

uma vida, exercício de valoração de uma obra ou qualquer outra ambição biográfica.

Os acervos pessoais, por sua vez, ocupam uma posição bastante particular no interior dos arquivos públicos e privados, pois embora sejam caracterizados como conjunto documental⁴ sua dimensão individual impede, de forma muito recorrente, que sejam tratados de forma coerente com a teoria arquivística pelas “entidades de custódia”.⁵

Ao mesmo tempo em que um documento é um vestígio do passado em sua materialidade também é um instrumento e um produto de atividades de instituições e de pessoas, sendo valorado e validado pelo efeito probatório de funções, processos, incidentes, eventos e atividades que representa.⁶

A teoria arquivística, portanto, estabelece uma lógica instrumental para a organização dos acervos, sendo constantemente desafiada pela necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo, assim como pelo respeito à proveniência; pela primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo) nas operações de arranjo e descrição, ou, ainda, a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso

secundário. (CAMARGO, 2009, p. 27)

No caso dos arquivos pessoais uma das grandes dificuldades para o pesquisador interessado na dimensão biográfica é que em sua organização arquivística o material é tão diverso como a própria vida, de modo que nem toda a documentação que o compõe está relacionada com a atividade que justificou seu armazenamento pela “instituição de custódia”, além de nem sempre ser possível determinar com clareza os limites do público, do oficial e do pessoal no acervo e em sua indexação.

As referências metodológicas da arquivística, em relação aos arquivos pessoais, podem causar um efeito de distorção da memória historicizada⁷, pois sem o devido cuidado reafirmam a monumentalização dos homens notáveis, patrimonializados através de seus livros, objetos, móveis ou mesmo espaços edificadas, em contraste com uma frágil lembrança – na maioria das vezes fragmentada e reduzida à história oral – dos homens comuns.

Camargo (2009) adverte que as escolhas documentais operadas pela teoria arquivística podem produzir uma hierarquização dos acervos e das peças documentais e, em última instância, descontextualizar os documentos a partir da aplicação de normas que não consideram a

⁴ Nuñez Contreras define o documento como vestígio de uma experiência humana ou manifestação de natureza que esteja em um suporte (pedra, pergaminho, papel, tecido, película cinematográfica, imagem, etc.) e que, a partir das dimensões de espacialidade, temporalidade e causalidade nele identificadas o transforma em fonte de conhecimento que demonstra ou comprova algo. (NUÑEZ CONTRERAS, 1981, p. 30-32)

⁵ O “fato de não haver, entre nós, palavra específica para designá-los (como *manuscripts*, *personal papers*, *écrits personnels*, *carte personali*, *espólios* e tantas outras), e, conseqüentemente, distingui-los dos arquivos institucionais” resultou da inexistência da adoção de procedimentos comuns e do “reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem.” (CAMARGO, 2009, p. 27)

⁶ “Como origem fundamental da narrativa histórica, os documentos deviam ser apreendidos como resultado de um trabalho humano que, ao registrar mensagens emitidas por quem o criava, podia traduzir, embora de modo fragmentado, uma aproximação parcial - os vestígios - de um fato, de um acontecimento, de uma experiência vivida, de objetos ou, até mesmo, de impressões e de sensações.” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 19)

⁷ “Só se costuma atribuir valor permanente aos arquivos de pessoas que alcançaram alguma expressão ou proeminência no mundo da política, da ciência, das artes, do direito, da filosofia ou da literatura. Como evitar, nesse caso, escolhas pautadas pelos cânones vigentes, voltadas para nomes que desfrutaram de visibilidade acadêmica ou social? Até que ponto tais escolhas, por mais que seus agentes admitam a transitoriedade dos valores em que se baseiam, limitam o campo de pesquisa que a instituição de custódia pretende cobrir?” (CAMARGO, 2009, p. 29)

função que eles possuíam originalmente.⁸

O que nem sempre o pesquisador apreende na abordagem dos acervos arquivísticos, a partir de uma naturalização dos mesmos, é a própria dimensão técnica e histórico-social de suas constituições, sendo necessário percebê-los não só como uma construção deliberada (entre diversas possíveis) mas enquanto uma materialidade afirmada por instituições e pelas pessoas responsáveis pela acumulação dos documentos, assim como pelo arquivista, e que pode ser percebida, para o bem e para o mal, como relato fabricado a partir de certas práticas discursivas.

Em um paralelo com as artes plásticas deveríamos perceber que um fundo documental apresenta, com menor apelo estético, um esforço de representação semelhante aos das obras de Joan Steiner ou Bernardo Pras.

Steiner (1998) é autora de um livro que encanta crianças e adultos, com o título *Look-Alikes* (em português, *Parece, mas não é*).⁹ A artista plástica norte-americana utiliza-se de “objetos dublês”, que embora sejam de uso cotidiano quando modificados em suas dimensões e transformados em partes de vários cenários de uma cidade imaginária são apreendidos pela visão do leitor com outro significado, formando uma imagem onírica. As cenas do livro, para serem compostas, chegam a utilizar mais de duzentos “objetos dublês”, como zíper, bandeira, agulhas de tricô, colar de contas, transferidor, vela de ignição, dominó, disco de vinil, entre vários outros.

Essa experiência estética, na qual ocorre a distorção da apreensão dos objetos de acordo

com o ponto de vista da observação, também encontra uma impressionante expressão na obra do artista francês Bernardo Pras, que a partir da reciclagem de distintos objetos e da utilização de tinta e perspectiva cria quadros e esculturas de natureza surrealista.

Em 2014 o artista foi convidado a homenagear Ferdinand Chavel em uma exposição no Palais Ideal (Palácio Ideal), em Hauterives, na França. O edifício, considerado um exemplo extraordinário da arquitetura naïf, foi construído ao longo de trinta e três anos (1879-1912) pelo homenageado, que era carteiro e que utilizando-se de pedras encontradas pelos caminhos da região e que unidas por cimento, cal e arame formaram um prédio com diferentes estilos e que já na década de 1920 foi elogiado por André Breton, Pablo Picasso e Anaïs Nin.

Ferdinand Chavel foi retratado por Bernardo Pras, de forma impressionante, com a utilização de diversos objetos como carrinho de mão, tábua de engomar, violão, colchas, pequena escultura da Pietá, entre outros.¹⁰

O impacto estético e intelectual da observação das obras dos dois artistas é, com certeza, significativo e nos permite, por aproximação, lembrar que também as fontes de pesquisa historiográfica, principalmente no caso de arquivos pessoais que muitas vezes são identificados como fundos documentais nos arquivos, também adquirem sentido a partir de um trabalho de seleção e organização que dependem de técnicas e de habilidades do pesquisador, mas que este se realiza após a acumulação e o descarte pelo titular do arquivo ou de seus próximos, e pela ordenação

⁸ “Nos arquivos pessoais, em que o uso de termos coletivos é uma constante (correspondência, produção intelectual, fotografias, recortes), encontram-se muitos documentos que, decorrentes ou não de relações interpessoais, jamais foram repertoriados, em detrimento de sua adequada classificação.” (CAMARGO, 2009, p. 34)

⁹ Um filme sobre o trabalho da artista, dirigido por Stephen Blauweiss, que foi exibido no New York State Museum como parte de uma exposição individual de sua obra em 2007-2008 está disponível no Youtube < <https://www.youtube.com/watch?v=VraZakuUrw> >. Visitado em 06/09/2015.

¹⁰ Um filme de divulgação da exposição está disponibilizado no Youtube < <https://www.youtube.com/watch?v=1vYkQkJiU0A> > Visitado em 06/09/2015.

estabelecida pelo arquivista.

Muitas vezes essa dimensão hermenêutica da fonte é identificada mais facilmente no fazer do pesquisador, pois é um lugar comum afirmar-se que as fontes não preexistem, mas se constituem através do uso a que são submetidas.¹¹

Como aponta Heymann (1997, p. 44) são necessários dois cuidados básicos para impedir a chamada “ilusão biográfica” nos arquivos: em primeiro lugar, não identificar de forma direta e equivalente a trajetória de um personagem (o titular do fundo) com o seu arquivo pessoal, até mesmo pelo desequilíbrio possível entre o período de vida e a documentação acumulada, a riqueza e diversidade do material acumulado, ou ainda, a duração e extensão do próprio processo de acumulação¹², e, em segundo, naturalizar o arquivo identificando-o como a “memória” em estado bruto do titular, sem atentar para o fato de que esses conjuntos documentais estão sujeitos a múltiplos processos de seleção e reordenamento interno, decorrentes do caráter mutável e polissêmico da memória de cada período¹³.

Recorro a três exemplos para problematizar tal questão: os arquivos pessoais

de Gustavo Capanema (CPDOC - Fundação Getúlio Vargas), Epitácio Pessoa (IHGB), e Naomi V. Jelish (Galeria Saatchi, Londres).

Gustavo Capanema (1900-1985) foi um dos mais importantes políticos brasileiros do século XX, e ao longo de décadas selecionou e acumulou um conjunto documental imenso, que foi doado pelo titular ao CPDOC-FGV.

Essa massa documental, sobre a qual ele se referia como o “papalório” e que era composto por quase duzentos mil documentos que cobriam o período entre 1914 e 1982, reunindo um grande volume de manuscritos, folhetos, periódicos, recortes de jornais, mapas, plantas, fotografias e discos, foi acumulada com o objetivo de auxiliar o político na escrita de uma autobiografia que nunca foi levada a cabo.

Segundo Fraiz (1998) essa enorme documentação, reunida ao longo de um extenso período de tempo, sobre diferentes planos vivenciais e destinada a constituição futura de “memórias” que nunca foram escritas forma um meta-arquivo e caracteriza uma narrativa autobiográfica, na qual o arquivo substituiu o texto que nunca foi escrito.

O ex-presidente Epitácio Pessoa (1865-1942), por sua vez, também buscou organizar

¹¹ Veja-se, como exemplo, a citação de Rina Messina (apud PETERSEN, LOVATO, 2013, p. 299) sobre o tema do uso das fontes na investigação histórica: “Tratam-se sempre de fontes *ad-hoc* e não são preexistentes ao processo de investigação. Se dizemos fontes ‘da’ história, estamos pressupondo que são a causa e a origem da história. Pelo contrário, a preposição ‘para’ denota o uso que convém ou que pode ser dado a uma coisa. Nesse conceito, será o investigador quem determinará que coisas vai utilizar como fontes e decidirá também quais e quantas serão necessárias e suficientes para resolver *sua* investigação.” E uma importante constatação de Prado (2009, p. 30): “A integridade do fundo fica, em geral, bastante comprometida depois de determinadas práticas seletivas no âmbito dos arquivos pessoais. Admitida como operação rotineira nos organismos públicos, a avaliação começa hoje a ser encarada como estratégia racional que, a par do descarte de documentos redundantes, procura garantir a permanência de um núcleo representativo da entidade produtora, capaz inclusive de espelhar a própria dinâmica da acumulação ao longo do tempo, em termos proporcionais. Mas os arquivos pessoais estão bem longe desses procedimentos e da justificativa maior que os anima, a saber, a manutenção da qualidade probatória dos documentos em relação às atividades de que se originaram.”

¹² A autora chama a atenção para a possibilidade, inclusive, de um personagem “menos relevante” originar um acervo que, por abarcar acontecimentos, personagens e esferas de atuação que transcendem o titular do fundo documental.

¹³ “Buscar essa motivação (o desejo individual de memorizar a própria vida) em todos os documentos guardados pelo indivíduo equivaleria a dotar de um significado único (e muitas vezes conferido *ex post*) o resultado de diferentes gestos operados em diferentes momentos e com diferentes motivações. Não são apenas diferentes temporalidades que se expressam nos arquivos pessoais, marcando distintas formas de relação dos titulares com seus papéis ao longo do tempo: dimensões diversas dos próprios titulares podem ser perscrutadas na constituição dos arquivos pessoais quando analisados em uma perspectiva histórica.” (HEYMANN, 2009, p. 52)

seus documentos, tarefa que foi confiada a Antônio da Silva Pessoa Filho, seu secretário/sobrinho e que, na ambição de oferecer uma versão pessoal da trajetória do titular e da história do país que respondesse às críticas sofridas por este no exercício do mandato presidencial.

O acervo documental, doado pela filha de Epitácio Pessoa ao IHGB, traz não só os documentos pessoais (institucionais e particulares) do ex-presidente mas ainda incorpora o fundo documental de João Pessoa (sobrinho do ex-presidente) e do coronel Antônio Pessoa (tio do ex-presidente e pai do secretário/sobrinho).

Lewin (1995-1996) a partir de uma análise etnográfica do volume de documentos e da clara ação de terceiros na seleção e organização de tal acervo identifica ali uma dimensão de escrita biográfica, com a qual busca se consolidar a memória de um indivíduo específico, visto por seus herdeiros como um notável.

Os arquivos pessoais exercem um particular fascínio nos pesquisadores das ciências humanas em geral, pois essas fontes primárias parecem oferecer acesso a um deciframento de sutis dimensões da trajetória individual e do mundo social no qual ela se insere.

Esse encantamento se amplia significativamente quanto mais o fundo documental reúne materiais que se originaram fora dos “rigores institucionais da produção documental”, das “características seriais” e do “formato burocrático”, ou seja, quando tem uma clara origem privada e pelo seu caráter pessoal parece oferecer intimidade e empatia com seus personagens. (HEYMANN, 1997, p. 41-42)

Nesse sentido o arquivo de Naomi V. Jelish (1978-1991) pode referenciar alguns questionamentos sobre as dimensões privada e íntima da documentação de um personagem e do tipo de vínculos que essas permitem ao

pesquisador estabelecer.

Em 2004 o artista inglês Jamie Shovlin apresentou uma coleção de documentos que eram o arquivo pessoal de Naomi V. Jelish, talentosa jovem de 13 anos que fora aluna de John Ivesmail e falecera precocemente.

O arquivo era composto por recortes de jornal, cadernos, diários, documentos e diversos outros papéis pessoais de Naomi V. Jelish que, pela sua origem trágica e misteriosa, aliada a comprovada qualidade artística da jovem artista, o caracterizava como uma “obra de arte”.

O conjunto documental foi exibido na tradicional Galeria Saatchi, em Londres, a qual adquiriu o acervo por vinte e cinco mil libras esterlinas (cerca de quarenta mil dólares).

A exposição continha um grande conjunto de recortes de jornal, fotografias, boletins escolares e lembranças pessoais, em meio a desenhos e esboços da jovem artista e que eram contextualizados aos visitantes dando conta de sua rara aptidão para a arte e a total indiferença de sua família e da escola.

Segundo o catálogo da exposição, em 1991 uma tragédia familiar, a morte por afogamento do pai, foi seguida pelo completo desaparecimento do restante da família, composta pela mãe, por Naomi – com treze anos – e mais quatro irmãos, em Gravesend, Kent, Inglaterra, e apesar de extensos inquéritos policiais nenhum deles foi visto de novo.

A Galeria Saatchi dizia que os desenhos precoces de Naomi foram recuperados da casa abandonada algum tempo depois pelo falecido John Ivesmail, um professor de ciências na escola de Naomi e que tinha amizade com a família.

Embora reconhecendo o mérito dos desenhos o professor só os mostrou em 1999, em uma pequena exposição em Gravesend, repassando as fotos para um amigo, um jovem pintor chamado Jamie Shovlin que a partir daí se tornou o curador da exposição dos desenhos e

das lembranças recuperadas na partir da casa da família Jelish e dos recortes de jornais.

No entanto, durante a exposição Charles Saatchi, dono da galeria, percebeu que tanto o nome da menina (Naomi V. Jelish) quanto de seu professor (John Ivesmail) eram anagramas de Jamie Shovlin.

Shovlin afirmou que todo o arquivo e a personagem eram falsos, frutos de um projeto artístico que se propunha enquanto um “exercício de desorientação” no qual a jovem artista seria um arquétipo, e o arquivo pessoal neste caso não foi criado para a afirmação de uma (auto)biografia ou como repositório de uma obra, mas para a construção de uma engenhosa ficção.¹⁴

O arquivo de Naomi V. Jelish serve como alerta para a ilusão de que todo arquivo, por ser pessoal, tem uma inata dimensão (auto)biográfica, perspectiva que só se afirma quando se desconsidera a dinâmica de acumulação, descarte e organização do fundo documental.¹⁵

A acumulação não é contínua, integrada e “natural”, mas ao contrário, é resultado de processos dinâmicos de seleção, exclusão, reordenamento e ressignificação dos registros, além do que a multiplicidades de identidades e

níveis de atuação do personagem que de forma concreta podem criar documentos que destoam e/ou são inclassificáveis quando se afirmam princípios mais gerais e/ou simplificados na organização de partes do acervo.

Outros tipos de arquivos pessoais que merecem uma abordagem específica são os dossiês e prontuários individuais que se originam em instituições judiciais, de saúde ou de assistência social, por exemplo.

Em meados da década de 50, o historiador holandês Jacob Presser cria de forma pioneira um conceito para classificar certas fontes pessoais, o egodocumento, que engloba manifestações discursivas, como autobiografias, memórias, diários, cartas e outros textos nos quais o autor escreve explicitamente acerca de si mesmo.

Essa perspectiva, em muito tributária das abordagens de Jacob Buckhardt, busca enquanto fontes específicas, entendê-las não somente como manifestação de uma individualidade, mas como vestígio de formas coletivas de vida, de mentalidades, socialização, valores e características grupais, entre outros aspectos, que as tornam privilegiadas fontes de informação.¹⁶

O historiador alemão Winfried Schulze

¹⁴ A Galeria Saatchi mantém um site com a história e imagens das obras de Jelish/Shovlin, vide < http://www.saatchigallery.com/artists/artpages/jamie_shovlin_basement.htm > Visitado em 06/09/2015.

¹⁵ “A fim de garantir lastro às diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos. Quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso, tomado em sua inesgotável e imponderável magnitude, entra como componente do tratamento dos arquivos, substituindo as ações que justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza. Em outras palavras, perdem sua função probatória original, abrindo espaço para que, por efeito metonímico, recaiam sobre eles as propriedades de um universo que lhes é absolutamente estranho e com o qual não mantém relações de reciprocidade. Além de induzir a erro, o uso desse material pelo pesquisador corre, assim, o risco de se converter em ornamento ou, na melhor das hipóteses, em mero exercício especulativo.” (PRADO, 2009, p. 36-37)

¹⁶ Aristizabal (2012, p. 10-12), por sua vez, afirma que ocorre uma contribuição analítica muito limitada da historiografia hispano-americana sobre egodocumentos, pois o trabalho com fontes autobiográficas entre os historiadores locais se vinculou a certas perguntas sobre a transcendência histórica do autor, sem explorar aspectos como personalidade, socialização, valores, padrões de comportamento, etc., em contraste com a abordagem da teoria literária, que apresentariam uma produção mais volumosa, mas que muitas vezes descartam memórias, diários, relatos de viagem e cartas, devido à “pobreza literária” dos documentos. Destacam-se como exceções a argentina Sylvia Molloy, da New York University, a

amplia o conceito incorporando os documentos escritos de forma involuntária ou obrigatória, como processos civis e criminais, livros de contas, testamentos, entre outros. (SCHULZE, 2005)

Camargo (2009, p. 37) claramente discorda de que esse tipo de documentação possa ser entendida como arquivos pessoais, ao identificar a sobredeterminação institucional da acumulação, ou seja, é uma memória da instituição e não das pessoas.¹⁷

A autora não está sozinha nessa apreciação, pois certos historiadores alemães também discordam da abordagem de Schulze, como Fabian Brändle, Kaspar von Greyerz e Lorenz Heiligensetzer, entre outros, ao afirmarem que as determinações formalísticas de natureza judicial, administrativa ou econômica poderiam contribuir para uma percepção distorcida da pessoa ao condicionar os modelos e as abordagens narrativas, sendo que a questão da vontade do autor deveria ser um limite para o enfoque de tais documentos. (ARISTIZABAL, 2012, p. 8-9)

Pessoalmente creio que Schulze tem certa razão ao estender o conceito de egodocumento aos fundos arquivísticos de natureza institucional citados anteriormente, pois apesar de suas particularidades ou limitações, corretamente apontados por seus críticos, também oferecem grandes possibilidades de, citando Hanna Arendt, pensar com a mente aberta para treina-la para receber a visita da imaginação.

Esses documentos não deixam de serem o resultado de um diálogo com as distintas

formas de controle simbólico do tempo e da individualização nas sociedades humanas e traduzem uma experiência de duração na forma de uma narrativa da vida que, sem dúvida, expressa o desejo de ordenamento que é percebido como desafios da modernidade ao manter na narração a dimensão de troca de experiências.

Tal narrativa, mesmo condicionada por sua dimensão institucional, permite, entre suas dobras e emendas, uma forma de singularização do indivíduo a partir de um nome próprio, pessoal e privado que a partir da imposição arbitrária feita pelos ritos institucionais de nomeação e classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferenciadas nas particularidades circunstanciais e nos acidentes individuais, no fluxo e na fluidez das realidades biológicas e sociais.¹⁸

Para exemplificar as possibilidades de escrita biográfica a partir desse tipo de documentação destaco três autoras cujos textos muito me agradam, em área próxima da história, a antropologia.

As primeiras, Schritzmeyer (2002 e 2007) e Scaramella (2015), afirmam a dimensão cronológica e discursivas do tribunal do júri e dos processos penais, de modo que seria possível a partir de tais fontes caracterizar uma “narrativa biográfica judiciária” sobre a figura do réu.

Metodologicamente Schritzmeyer (2007), em uma abordagem que também se utiliza da pesquisa de campo, valoriza as fontes escritas do Tribunal do Júri e aborda os autos processuais enquanto processo de retenção de

porto-riquenha Ilia Casanova-Marengo, da St. Laurent University, e a colombiana Carolina Álzate, da Universidad de los Andes.

¹⁷ “Dossiês e prontuários individuais formados por inúmeras instituições (hospitais, academias, escolas etc.) não podem ser confundidos com arquivos pessoais. O mesmo se dá quando os documentos resultam de apreensão na residência de seus titulares, como ocorre, por exemplo, nas ações policiais. É a lógica institucional que passa a definir tais documentos, e não mais o indivíduo que os acumulou originalmente” (CAMARGO, 2009, p. 424-443.)

¹⁸ O nome próprio estabelece “uma identidade social constituinte e duradoura que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis nos quais ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis.” (BOURDIEU, 1996, p. 78)

memórias e identidades.¹⁹

Scaramella (2015), por sua vez, enfatiza os aspectos textuais no qual o caráter dual dos autos se explicita enquanto uma documentação que condensa e arquiva um material capaz de oferecer, a partir de reinterpretações e ênfases, modelos de culpa e inocência montado no interior da lógica narrativa da cultura jurídica, mas em relação a uma individualidade específica.²⁰

Essa perspectiva analítica em relação aos autos judiciais resgata a idéia barthesiana de *biografema*²¹ ao estabelecer uma proposta diferenciada de leitura, de seleção e de valorização da trajetória, voltando-se para o detalhe e enfatizando a biografia enquanto criação (e não somente como representação de um real já vivido), e o personagem é identificado como alguém que é um criador, a partir de sua performance, de escritura e de vida.

O terceiro, Ferreira (2009), analisa a documentação referente a 62 corpos *não-identificados*, vítimas de mortes violentas ou

suspeitas, que foram necropsiados no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro entre 1942 e 1960, apresentando o percurso burocrático desses corpos e o processo forense de sua “identificação”.

A documentação caracteriza um esforço classificatório dos corpos, e demonstra a sutileza da diferença entre ser “identificado” (ter descoberto o nome próprio por meio de exame datiloscópico ou por reconhecimento) e ser “reconhecido” (quando o nome próprio é atribuído por uma terceira pessoa que se dirigiu ao IML-RJ) e a permanência da referência *não-identificado* nas fichas do prontuário mesmo o nome próprio do indivíduo é encontrado.

Ferreira (2009), de forma sensível, aponta que embora possa parecer a um olhar superficial que hajam corpos essencialmente destituídos de identidade, a realidade exprime o contrário, pois a não identificação implica um “processo criador”, de construção e atribuição de identidade que é mediada por mecanismos institucionais.²²

¹⁹ Em trabalho posterior, Schritzmeyer (2007, p. 118) afirma: “Os acontecimentos narrados no juri parecem ganhar sentido ao serem organizados em horas, dias, cronologias, biografias, e a própria enumeração das peças processuais, nos autos, segue essa lógica que comprime multiplicidades em uma única sequência cujo desfecho é uma sentença decisória.”

²⁰ “Criar uma caixa com recordações, escrever um diário, por exemplo, seriam formas cotidianas de arquivar a vida. Nesse ultimo caso, os eventos cotidianos, cronológicos, o fluxo de uma consciência seriam o mote para o início de uma narrativa íntima, evocativa, onde passamos a vida a limpo, onde a verdade é um dos objetivos. Contudo, essa verdade se molda ao autor, pois, ao arquivar nossas vidas, fazemos escolhas – omitimos, exageramos, rasuramos, sublinhamos, incluímos, excluimos fatos, fotos, documentos, bilhetes, escritos, cartas. (...) O mesmo ato de arquivar – proponho – esta presente tanto na maneira como documentos são criados e inscritos nos autos de um processo quanto na intenção biográfica que eles guardam ao gerar uma narrativa ou narrativas sobre o réu em questão. Se, por um lado, são formas de arquivar e arquivos de naturezas distintas, por outro, temos fragmentos da vida do réu presentes nessa documentação. Os autos arquivam essa vida e, na medida em que o fazem, resgatam e contrapõem elementos da mesma, escolhidos de acordo com uma intenção que não foge ao biográfico e que levava em direção a culpa ou a inocência.” (SCARAMELLA, 2015, p. 200-201)

²¹ Biografema é um conceito utilizado por Barthes e que propõe a compreensão do personagem biografado a partir de alguns fatos, que caracterizados como detalhes, pela dimensão microscópica e ínfima numa vida, podem ser transformados em signos repletos de significado, oferecendo uma construção fragmentária que pode se expressar de forma ampla enquanto texto narrativo, crítico, ensaístico, biográfico ou autobiográfico e que permite uma vinculo interrelacional entre a realidade e ficção. “Gosto de certos traços biográficos que, na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de ‘biografemas’; a fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema com a biografia”. (BARTHES, 1980, p. 51)

²² A pesquisa de Ferreira (2009) me recorda um trabalho anterior, na área de jornalismo, no qual o mesmo tipo de arquivo serve como ponto de partida para abordagens biográficas e que merece ser mencionado, trata-se de *Não Reclamados: vidas esquecidas no IML*, de Christiano Borges, Fabrício Santos, Laura Godoy e Valéria Mendes (editado pela PUC-MG, em 2003), que foi produzido a partir do TCC dos autores no curso de Jornalismo, entre 2001 e 2002. O livro-reportagem relata a

Como última observação gostaria de me referir a uma situação recorrente para o pesquisador quando se depara com arquivos pessoais e que se refere a uma questão epistemológica básica da disciplina história: o que caracteriza uma fonte, como, quem e para quem ela é produzida?

Para relacionar essa questão e o tema dos arquivos pessoais Heymann (1997) discute a questão do “lixo histórico” no interior dos fundos documentais, ou seja, o conjunto de materiais menos valorizados e que acaba se tornando quase invisível devido as tradicionais diretrizes adotadas no tratamento documental.

Segundo a autora o próprio processo de constituição do fundo documental, principalmente de “homens notáveis”, ou seja, figuras públicas, é por si uma monumentalização realizada a partir de vestígios documentais que são valorados enquanto capital simbólico.²³

A classificação e organização das peças que constituem o fundo estabelecidas pelo documentalista são o resultado de exclusões, ênfases e critérios (sempre subjetivos) que se destinam a ordenar e permitir o acesso dos usuários à documentação e que produz uma seleção entre os documentos que ocupam posição central e outros que são colocados à margem.²⁴

A autora exemplifica os impasses desse

tipo de material a partir de situações semelhantes apresentadas por dois fundos documentais de importantes personagens políticos do século XX que estão sob a guarda do CPDOC-FGV, o de Juracy Magalhães (1905-2001), que composto por sete anuários de documentação textual tem cerca de vinte e cinco por cento deles compostos por cartões de Natal e convites de casamento, e de Benedito Valadares (1892-1973), que apresenta vinte por cento de seu material composto por recibos de compras diversas e notas fiscais.

Com certeza poderia se argumentar que esse “lixo” documental deveria ter o mesmo caminho do “lixo” da memória, que não se esforçaria para reter esse tipo de informação e que essa desimportância é facilmente perceptível pela desproporção entre o espaço que ocupam e o seu possível uso para a pesquisa.

Mas também seria legítimo colocar algumas ressalvas em relação ao descaso com esse tipo de documentação, pois é inegável que representam algumas das dimensões mais íntimas e pessoais dos indivíduos que nomeiam tais arquivos, desde uma demonstração de suas redes de relações, de seus hábitos de consumo ou de seus modos de vida (que inclusive podem ter se alterado ao longo do tempo).

A intencionalidade no processo de acumulação do arquivo pessoal ocupa uma

história de vida de quatro pessoas que morreram de forma violenta e cujos corpos não foram procurados no IML de Belo Horizonte e que têm as suas trajetórias reconstruídas através de um exercício de jornalismo investigativo.

²³ Assim, os centros de documentação “funcionam como locus privilegiado de avaliação desse capital simbólico, já que são instituições voltadas para a preservação daquelas memórias reconhecidas como históricas, ao mesmo tempo em que são capazes de conferir ‘valor histórico’ aos papéis que se encontram sob sua guarda.” (HEYMANN, 1997, p. 49) A autora observa ainda que de forma recorrente tais fundos foram alvo de disputas entre terceiros e que muitas vezes encontram-se fracionados, chegando mesmo a estarem distribuídos entre distintas instituições, o que acarreta a perda da organicidade original do conjunto e que pode levar o pesquisador a tomar a parte como um todo.

²⁴ “Cria assim o que chamamos de “lixo histórico”, entendido aqui como um tipo de documento desvalorizado e que ocupa um lugar secundário nas etapas de arranjo e descrição do arquivo. Afumamos que estas etapas fazem um tipo de seleção intelectual do material dos documentos, pois valorizam determinados aspectos da vida dos titulares e dos conjuntos documentais aos quais estão relacionados, dando-lhes posição privilegiada no arranjo e na descrição. Enquanto isso, outros são relegados a um lugar de ‘miscelânea’, ‘diversos’, ‘correspondência geral’, ou outras classificações generalizantes que, via de regra, os condenam a uma descrição econômica e pouco cuidadosa, malgrado o volume de documentos que muitas vezes os integram e a multiplicidade de informações que veiculam, se olhados de outra perspectiva.” HEYMANN, 1997, p. 51)

centralidade que é delimitada pela experiência vivencial do titular do fundo e que não pode ser desconsiderada de forma automática.

Além do fato de que, por exemplo, para um pesquisador interessado na evolução gráfica da impressão de cartões e convites, nos hábitos de convívio e etiqueta social, ou ainda, no consumo entre elites ao longo do século XX essa documentação marginal ganha uma centralidade maior do que aquela normalmente priorizada pelo documentalista.

Enfim, cabe ao jovem pesquisador não perder de vista duas nobres verdades sobre biografismo e arquivos pessoais.

A biografia enquanto relato é o resultado de memórias coletivas, individuais e sociais, com afirmações e negações, constantemente negociadas e processadas, com vínculos com mitos, saberes, fazeres e tradições que se corporificam a partir de relações particulares com o tempo e o espaço, que não são simplesmente atos de resgate, mas de reconstrução do passado a partir de referenciais atuais.

E, essas memórias coletivas, individuais e sociais, se corporificam em grande parte através de arquivos pessoais, mas cada arquivo tem origens e reflete determinantes específicas, nas quais o titular e seus auxiliares intervieram nos processos de acumulação e descarte de forma distinta e que, ainda, pode ser o resultado do que restou após intempéries, perdas ocasionadas em mudanças, relativa ênfase ou distração no ato de acumular em diferentes momentos, e processos técnicos de triagem e organização.

A ampla utilização dos arquivos pessoais como base para a construção de abordagens (auto)biográficas, a partir dos exemplos anteriormente citados, demonstra potencialidades de uma escrita historiográfica dinâmica e imaginativa, capaz de valorizar subjetividades, afetos, modos de ver, perceber e sentir a identidade e a alteridade.

Esse vínculo entre identidade e alteridade, inclusive, não só permite ao pesquisador que estuda um personagem, do qual se apropria ao longo do tempo, a melhor compreender as projeções de suas emoções, valores e necessidades na construção de sua narrativa, assim como ter clareza sobre determinantes da “verdade dos fatos” e da “verdade da interpretação” a partir das lacunas documentais constatadas.

Afirmar, em relação as abordagens (auto)biográficas e no manejo de fontes possíveis a partir de uma perspectiva visivelmente interdisciplinar e entendendo suas formas narrativas como múltiplas, interdiscursivas e híbridas não é fácil, mas é necessário, prazeroso e proveitoso

Referências

- ARISTIZABAL, Catherine. Autodocumentos hispanoamericanos del siglo XIX: fuentes personales y análisis histórico. Berlim: LIT Verlag / Hamburger Lateinamerikastudien, 2012.
- BARTHES, Roland. A câmara clara. Lisboa: Ed. 70, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 45, f. 2, p. 27-39, jul. dez. 2009. Disponível em www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf Visitado em 23/08/2015.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. v. 2, p. 424-443.
- FEBVRE, Lucien. Combates pela História. Lisboa: Presença, 1977.
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Rio de Janeiro: FINEP/E-papers, 2009.

GILSON, Etienne. Heloisa e Abelardo. São Paulo: EDUSP, 2007.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller, Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, n. 19, p. 41-66, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v.19, n.1, p.261-282, jan.-mar. 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 45, f. 2, p, 40-57, jul. dez. 2009. Disponível em www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A03.pdf Visitado em 23/08/2015.

LEWIN, Linda. The papers of Epiácio Pessoa: an archival note and a personal comment (I), Luso-Brazilian Review. Madison, Wisconsin, v. 32, n. 1, p. 69-82, Summer, 1995.

LEWIN, Linda. The papers of Epitacio Pessoa : an archival note and a personal comment (II), Luso-Brazilian Review, Madison, Wisconsin, v. 33, n. 1, p. 1-20, Summer, 1996.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). Repensando a História. São Paulo: Marco Zero; ANPUH – Núcleo São Paulo, 1984, p. 37-64.

NUÑEZ CONTRERAS, Luis. Concepto de documento, In: Archivística: estudios básicos. Sevilla: Disputación Provincial, 1981, p. 30-44.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao Estudo da História: temas e textos. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

RICOEUR, Paul. A metáfora viva. São Paulo: Loyola, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira. História & documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SCARAMELLA, Maria Luisa. Biografias Judiciárias: analisando laudos psiquiátricos de autos de processos penais, In: KOFES, Sueli. MANICA, Daniela. Vidas & Grafias: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 200-221.

SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore. Etnografia dissonante dos tribunais do júri, Revista Tempo Social, São Paulo, v.19, n.2, 2007.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri: ritual lúdico e teatralizado. São Paulo, Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

SCHULZE, Winfried. Sobre el significado de los ego-documentos para la investigación de la Edad Moderna. In: AMELANG, James A. De la autobiografía a los ego-documentos: un forum abierto. Cultura, Escrita y Sociedad. Universidad de Alcala, n. 1, p. 106-109, 2005